

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA**

**GILBERTO FREITAS TAVARES JÚNIOR**

**O ensino da Filosofia no Ensino Médio e os seus desafios**

**CAMPINA GRANDE / PB**

**2014**

**GILBERTO FREITAS TAVARES JÚNIOR**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FILOSOFIA**

Relatório apresentado como requisito parcial para obtenção do título de concluinte do curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, realizado sob a orientação da Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira<sup>1</sup>.

**CAMPINA GRANDE / PB 2014**

---

<sup>1</sup> Este Relatório, inicialmente, fez parte do Componente Curricular Estágio Supervisionado II, ministrado pela Profa. Ms. Rosemary Marinho da Silva. Trata-se, portanto, de uma versão para o TCC. Neste sentido, é bom lembrar que boa parte da orientação deste trabalho foi feita pela Professora Rosemary, tendo a Professora Simone assumido o que ela chamou de adaptação, mais, propriamente, do que uma orientação.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

T231e Tavares Junior, Gilberto Freitas  
O ensino da filosofia no ensino médio e os seus desafios  
[manuscrito] / Gilberto Freitas Tavares Junior. - 2014.  
28 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira,  
Departamento de Filosofia".

1. Filosofia. 2. Ensino de Filosofia 3. Ensino Médio I.  
Título.

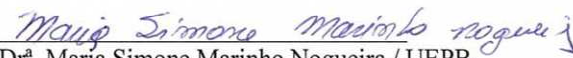
21. ed. CDD 107

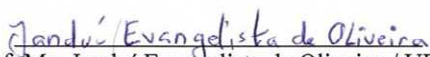
**GILBERTO FREITAS TAVARES JÚNIOR**

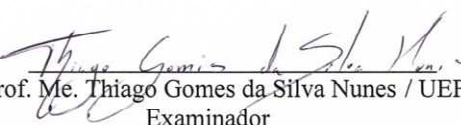
**O ensino de Filosofia no Ensino Médio e os seus desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em 21/11/2014.

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Simone Marinho Nogueira / UEPB  
Orientadora

  
Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira / UEPB  
Examinador

  
Prof. Me. Thiago Gomes da Silva Nunes / UEPB  
Examinador

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>04</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>06</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 REFLEXÃO FILOSÓFICA.....</b>	<b>16</b>
3.1 PARA QUÊ SERVE A FILOSOFIA?.....	16
3.2 UMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO. 19	
3.2.1 ENSINO DE FILOSOFIA NA ESCOLA DE MASSA.....	19
3.2.2 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E AUTONOMIA INTELECTUAL.....	20
3.2.3 A LEITURA DE TEXTOS FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO.....	22
<b>4 RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>24</b>
4.1 VIVÊNCIA DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO DR. ELPÍDIO DE ALMEIDA COM ATENÇÃO À QUESTÃO DO “PARA QUÊ SERVE A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO?” .....	24
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>

## RESUMO

Nosso trabalho tem a intenção de melhor entender a filosofia na sua relação com a educação no ensino Médio, de maneira que é uma necessidade inicialmente demonstrada pelos próprios alunos, entender de forma prévia a importância que tem a filosofia tanto no processo de evolução de suas vidas como também no processo de constituição da sociedade. Tendo em vista que trabalhamos no campo das abstrações, se torna um pouco difícil apresentar-lhes respostas de forma imediata, pois os alunos entendem que podemos responder suas indagações no mesmo tempo que um professor de história o faz em sua disciplina, ou quando se busca entender uma nova regra da língua portuguesa quando define o fim da utilização do trem, por exemplo: estudar o mito da caverna requer do aluno uma busca na subjetividade e faz com que esse aluno de alguma forma relacione esse conteúdo a sua realidade ou próxima dele. Não se trata de a filosofia ser superior ou inferior às outras disciplinas, mas, na verdade, de buscar entender que a filosofia requer do aluno um pensamento mais crítico, de forma que esse aluno pode ou não aceitar o que é dito, contanto que participe do raciocínio que tal questionamento proponha. Trata-se, portanto, de o aluno ter que ser mais ativo em relação ao objeto de estudo, pois esse objeto de estudo, faz parte de suas dúvidas mais íntimas, e que são responsáveis por suas ações em todo o processo de crescimento como um sujeito atento a sua realidade.

**Palavras-chave:** Filosofia. Ensino Médio. Relação.

## INTRODUÇÃO

A primeira parte deste trabalho consiste na caracterização do espaço pedagógico onde é feito um breve histórico da E.E.E.M. Dr. Elpídio de Almeida (Colégio da Prata). Na fundamentação teórica foi feito um levantamento bibliográfico de dados sobre o ensino de filosofia no nível médio, onde temos como norte tanto a lei de diretrizes e bases (LDB), como também as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Já nas reflexões filosóficas, buscamos um embasamento que nos ajudasse de uma forma mais efetiva e próxima da realidade que encontramos nas salas de aula, e por que não dizer no dia-a-dia dos alunos, como a pergunta: “que bagulho é isto - filosofia?” onde segundo Roberto Goto, trata-se da impaciência e ansiedade diante de uma resposta que não pode ser imediata. Ou seja, buscar associar a realidade dos professores às diversas realidades encontradas nas salas de aula, tendo como foco principal a pergunta: *para quê serve a filosofia?* Analisamos a necessidade de buscar alternativas para o ensino de filosofia no ensino médio, e de como deve se dar o ensino de filosofia na escola de massa, que segundo Lídia Maria Rodrigo é preciso atentar para a necessidade de uma mediação pedagógica que promova a autonomia intelectual do estudante, tudo isso, sem deixar de lado a importância que tem a leitura de textos filosóficos, porque nada mais justo que trabalhar o pensamento filosófico de posse do texto propriamente dito. Portanto, a partir do conteúdo proposto pelo professor Ayice Chaves (professor de filosofia da escola onde o estágio foi realizado) tentamos inserir o questionamento central do presente trabalho: para quê serve a filosofia? Por meio da relação dos conteúdos filosóficos com a realidade cotidiana vivida pela sociedade atual, atentando para o fato de o aluno ser parte integrante e participativo dessa sociedade. Assim, colocando-se a necessidade de melhor entender e organizar-se pedagogicamente em relação ao ensino de filosofia, buscamos refletir um pouco da filosofia ministrada no ensino médio.

## 1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO

Na década de 40 a população de Campina Grande contava com três grandes escolas de ensino particular, a saber, o Ginásio Alfredo Dantas, Pio XI e Imaculada Conceição, todos localizados no centro da cidade. Campina grande era promissora, sua economia crescia a cada dia com o algodão que projetou a cidade em nível nacional e internacional. Mas não crescia somente a economia, a população a cada dia se tornava maior, novos bairros surgiam e mais e mais jovens que concluíam o curso primário com o desejo de continuar seus estudos. No entanto, as escolas que ofereciam essa continuidade não eram suficientes para essa população. Nasce um movimento na cidade muito diferente daqueles que estavam acostumados os governantes, a saber: um movimento popular que clamava por educação. Se antes a população pedia pão e água, nesse momento ela pedia cultura e educação aos seus governantes.

Foi assim que o Governador da época, o Dr. Osvaldo Trigueiro, teve a sensibilidade de atender ao povo campinense com a construção daquele que viria a ser o maior centro de ensino campinense. Imediatamente o Sr. Raimundo Viana doa o terreno para a construção. A obra parecia maior que a cidade da época, os recursos não foram suficientes para concluí-la no prazo determinado. Só no dia 31 de Janeiro de 1953, que o então Governador o Dr. José Américo de Almeida veio pessoalmente e inaugurou em Campina Grande o Estadual da Prata com o Decreto N° 456 de 18/07/1952, que autorizava o seu funcionamento e com a Resolução N° 145/97 do CEE que reconheceria o funcionamento da E.E.E.M. Dr. Elpídio de Almeida, localizado na Rua Duque de Caxias, n° 235, Bairro da Prata.

Em 1953, 86 alunos que vieram de Pernambuco, Alagoas e da própria Paraíba se inscreveram para o primeiro exame de admissão da nova instituição. Os alunos do sexo masculino que se submeteram aos exames foram 35, femininos 51. Dos homens somente 09 foram aprovados, das mulheres 27 apenas. As provas para admissão eram, respectivamente, Português, escrita e oral de cunho eliminatório; Aritmética, que era escrita; Geografia, escrita e oral e por fim História que também era escrita e oral, Cada etapa do exame era feita em dias diferentes da semana, totalizando quatro dias ao todo.



Os anos passaram e esse modelo de admissão não prevaleceu. A cidade de Campina Grande cresceu cada vez mais e outras instituições de ensino surgiram com o seu desenvolvimento. O Estadual da Prata continuou a ser gigante na estrutura do prédio, no ensino que oferecia, em si e em número de alunos. Estes que estavam e os que passavam por ele.

A administração da instituição sempre foi comandada por homens na direção. Uma história que mudou de realidade depois de 54 anos no dia 07/12/2006, quando foi eleita a primeira mulher para sua direção. Seu nome era simplesmente Gisélia eleita por alunos, professores e funcionários.

Hoje o Estadual da Prata oferece à população campinense o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante. Localizado num bairro nobre da cidade, o bairro da Prata, a escola serve como ponto de referência a todos que desejam se locomover entre as várias clínicas e hospitais situados no seu entorno. Com um fácil acesso e trânsito intenso, as ruas no período da noite são bem iluminadas facilitando o desenvolvimento do transporte público nas suas imediações.

Funciona nos três turnos com um calendário escolar que vai de Fevereiro à Dezembro e com um sistema de avaliação bimestral. No total, os dias letivos são 208. Sobre o cumprimento do calendário escolar, um dos motivos para o não cumprimento das datas estabelecidas são as constantes greves. Como solução, os alunos ficam obrigados a participar das aulas aos sábados. Segundo a diretora adjunta, a escola oferece uma proposta pedagógica curricular onde o aluno é inserido diretamente nela, para que a construção do Projeto Político-Pedagógico se dê dentro da própria escola com a participação de todos. A escola ainda conta com um regimento escolar de normas e regras com os deveres e direitos dos alunos e dos demais profissionais.

Com uma ótima estrutura física e acessibilidade à cadeirantes e pessoas com outras deficiências, a escola oferece um grande número de salas de aulas. Salas estas que são amplas, arejadas e iluminadas. Os alunos podem estudar na biblioteca que tem um acervo razoável, com ambiente adequado às necessidades mais urgentes. Há também um laboratório de informática e uma área para esportes com quadra e campo de futebol.

A administração da escola, no horário em que realizamos nosso estágio — período da noite, ficava por conta da Diretora Adjunta. Segundo a Diretora Adjunta ,

Ana Rejane, a assiduidade dos professores e demais funcionários é satisfatória. Os eventos que a escola promove estão de acordo com o planejamento que, por sua vez, está em comunicação direta com os alunos, professores, pais e funcionários.

A Diretora Adjunta nos informou que o PDDE — Plano de Dinheiro Direto na Escola (do Governo), é a principal fonte de recursos para a manutenção da escola. Uma das políticas da instituição está voltada para incentivo à capacitação dos professores, atendendo às determinações do PDDE. A administração tem procurado manter sempre uma boa abertura ao diálogo entre professores e alunos. A secretaria da instituição está sempre aberta aos alunos. Sua coordenação também se dispõe ao diálogo com a 3ª Região de Ensino e SEC (estadual).

Com um corpo de funcionários composto por cinco inspetores, três bibliotecárias, quatro merendeiras, cinco porteiros, cinco auxiliares de serviços gerais, cinco zeladores e dois vigilantes, a equipe de especialistas da escola é formada por dois orientadores educacionais, dois supervisores educacionais, um psicólogo escolar, um assistente social e um nutricionista que trabalha no nível técnico. Segundo a Diretora Adjunta, todos os funcionários da escola desenvolvem suas funções com compromisso e um bom relacionamento entre a administração, professores e alunos.

O corpo administrativo é formado por uma Diretora Geral, duas Diretoras Adjuntas, um Secretário Geral e Coordenadores que são designados pelos professores de cada área (conjunto de disciplinas afins).

Há um conselho escolar formado por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, representante dos professores, representante dos funcionários; representante dos alunos e representantes dos pais. Todo o conselho volta-se para determinar as datas de reuniões com os pais, para comunicação do desempenho dos alunos por meio de boletim escolar, para comunicação das supostas faltas dos alunos e para o desenvolvimento do diálogo com a família com o intuito de um melhor acolhimento para a participação nas atividades da escola.

Com 28 turmas no horário da manhã, 22 na tarde e 15 no período da noite, o corpo discente é grande, com 40 a 45 alunos em algumas salas de aula, com uma faixa etária entre 14 e 18 anos. O nível sócio-econômico desses alunos é médio, com algumas exceções de nível baixo. A pontualidade dos alunos às atividades e às normas estabelecidas para os horários de cada aula não são seguidos à risca, mas

o respeito pelos professores e demais funcionários pelo que pudemos perceber não é dos piores.

Aos supostos problemas que possam surgir entre os alunos, a orientação é de que procurem a direção da instituição. Infelizmente, o que fica mais claro no comportamento dos alunos é a constante utilização das novas tecnologias, principalmente as que se voltam para os celulares e os mp3. É uma espécie de “febre tecnológica” que desvia aquilo que deveria ser o principal foco dos alunos, o estudo em si. Entre alguns diálogos que tivemos a oportunidade de ter com esses alunos, o vestibular é apenas uma fase inevitável e natural para o término dos estudos sem despertar, entre eles, maiores perspectivas.

Mesmo com as dificuldades que as escolas públicas enfrentam, achamos que é importante considerar que essa instituição não é uma das piores. Uma nova safra de profissionais está chegando à escola com idéias inovadoras para um melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais. A ‘tecnologia’ que pode em alguns momentos prejudicar aqueles que a usam distorcidamente, é a mesma que pode ajudar ao professor e ao aluno no desempenho de suas atividades.

O Estado, apesar de apresentar, as piores lacunas possíveis, tem, em contrapartida, oferecido recursos para todos que queiram chegar à universidade. Entre alguns podemos destacar o livro didático distribuído, a informática e até os cursinhos pré-vestibulares aos finais de semana. Cabe agora a cada um agarrar com toda esperança e esforço tais recursos pela busca de dias melhores.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que diz respeito à pergunta “para quê serve a filosofia?” se faz necessário ter por base documentos que disciplinem e que ofereçam caminhos para uma melhor compreensão do que venha a ser o trabalho docente frente à disciplina de filosofia. Não distante disso, é necessário também que se entenda que é função do estado estabelecer critérios a serem seguidos e metas a serem alcançadas de forma a unificar o entendimento acerca do ensino de filosofia no Brasil. Desta forma, são as orientações curriculares para o ensino médio um dos principais documentos norteadores para o estabelecimento da filosofia como disciplina naquele nível.

### 2.1 ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEMs, a filosofia deve ser tratada como disciplina obrigatória no ensino médio. Isso é condição para que ela possa integrar com sucesso projetos transversais e, nesse nível de ensino, com outras disciplinas, contribuir para o pleno desenvolvimento do educando. Mesmo assim, a filosofia como um componente curricular do ensino médio, ao mesmo tempo em que vem ao encontro da cidadania, apresenta-se, porém, como um desafio, pois a satisfação dessa necessidade e a oferta de um ensino de qualidade só são possíveis se forem estabelecidas condições adequadas para sua presença como disciplina, implicando a garantia de recursos materiais e humanos, assim, pensar a disciplina de filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em filosofia, que preparam os futuros profissionais, como também da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do conhecimento.

No entanto, trata-se da re-implantação de uma disciplina que por muito tempo ficou ausente na maioria das instituições de ensino, motivo pelo qual ela não se encontra consolidada como componente cultural dessa última etapa da educação básica, quer em materiais adequados, quer em procedimentos pedagógicos, quer por um histórico geral e suficientemente aceito. Logo, diante de tantas dificuldades

em sua re-implantação criou-se um hiato em termos de seu amadurecimento como disciplina.

Um ponto importante na afirmação da obrigatoriedade se reflete na necessidade de qualificação, decorrendo daí a ampliação e a melhoria dos cursos de graduação e ampliação da rede de pós-graduação em filosofia em todo país. A afirmação da obrigatoriedade torna-se essencial para qualquer debate interdisciplinar, onde a filosofia não teria nada a dizer se não fosse tratada também como disciplina. Para tanto exige-se também uma formação profissional específica, ou seja, só podendo essa ficar a cargo de profissionais da área.

Todavia, entende-se ser necessário uma formação profissional específica para insistir na centralidade da história da filosofia, como fonte para o tratamento adequado de questões filosóficas, pois no ensino médio não pode haver uma simplificação ou uma simples antecipação do ensino superior. Logo, deve ser tratado como uma etapa específica com suas regras e exigências próprias, fazendo assim da formação em filosofia uma condição necessária e porque não dizer suficiente para uma boa didática filosófica.

Um outro ponto relevante no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino de filosofia no ensino médio é a reflexão sobre sua especificidade e seus pontos de contato com outras disciplinas, pois a filosofia como disciplina reforça sua vocação transdisciplinar, que mantém contato com toda ciência que envolva descobertas ou que exercite demonstrações, que solicitem lógica ou reflexão epistemológica.

No entanto, mostrou-se necessária uma reformulação que pudesse evitar imposições doutrinárias, mesmo que com boas intenções, pois a filosofia em sua multiplicidade de perspectivas não deve ser reduzida a uma voz unilateral, deve-se contemplar a diversidade sem desconsiderar o professor que tem seu entendimento, nem impedir que ele o defenda, pois essa honestidade é condição de coerência.

Nesse debate, a noção de competência não pode ser apresentada como solução mágica para as dificuldades do ensino, mas também não constitui obstáculo intransponível. Afastou-se, assim, tudo que nesse termo possa sugerir competição ou adequação flexível ao mercado de trabalho, ressaltando-se, primeiro, que a definição de competência não pode ser exterior à própria disciplina, e, segundo, que a competência pode realizar-se no interesse de contato com nossa tradição e nossa especificidade filosófica. Nesse sentido, o currículo desejado se articula com o perfil de profissional que deve ser formado nos cursos de graduação em filosofia, cujas habilidades e competências são bem definidas em documento da comissão de especialistas no ensino de filosofia da Secretaria de Educação Superior (SESU) do ministério da educação (SECRETARIA, 2006, p. 19)

Portanto, as OCNEMs têm o intuito de sistematizar os resultados de uma grande discussão ainda em curso na área de filosofia, partindo da caracterização da disciplina até a preparação do professor, oferecendo caminhos para a definição de temas e conteúdos a serem trabalhados, como também do material didático a ser confeccionado, com o pressuposto de que não existe uma filosofia, mas filosofias, e que a liberdade de opção dentro de seu universo não restringe seu papel formador.

A tarefa das OCNEMs é de delinear alguns elementos para uma contextualização mais adequada dos conhecimentos filosóficos no ensino médio, e tem como ponto de partida a lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) em seu inciso III do § 1º do artigo 36, no qual afirma que o aluno ao final do ensino médio deve demonstrar o “domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania”, ou seja, é necessária alguma compreensão, mesmo que de forma provisória e descritiva, do que se entende por “filosofia”.

Mas, “o quê é Filosofia?” é o primeiro problema filosófico que se põe, de forma que cada filósofo sempre procurará responder baseado nos conceitos pelos quais elabora seu pensamento.

“É comum o embaraço que sentimos diante da pergunta sobre o sentido da filosofia. De certa forma, é como se nos indagassem acerca de algo que não está nem pode estar bem resolvido. Não fugimos aqui a uma resposta. Ao contrário, indicamos explicitamente, em primeiro lugar, que nenhuma pode ser ingênua, uma vez que cada resposta está comprometida com pontos de vista eles próprios filosóficos” (SECRETARIA, 2006, p.21).

De acordo com as orientações curriculares para o ensino médio, se descrevemos alguns procedimentos característicos do filosofar, não importando o tema a que se volta nem a matriz teórica em que se realiza, podemos localizar o que caracteriza o filosofar. Com isso, a filosofia costuma quebrar a naturalidade com que usamos as palavras, tornando-se reflexão. Pretende decerto ser um discurso consciente das coisas, como a ciência; entretanto, diferencia-se dessa por pretender ainda ser um discurso, um conhecimento do conhecimento.

A filosofia ao dirigir o olhar para fora de si, tem a necessidade de se definir no interior do filosofar como tal, isto é, naquilo que tem de próprio e diferente de todos os outros saberes. Antes de qualquer coisa, diante da grande variedade e da diversidade dos modos e das correntes de pensamento, não se pode perder de vista que é possível falar em filosofia e não apenas em filosofias, nem se pode esquecer

que uma maneira de filosofar se relaciona com todas as outras de um modo peculiar.

A atividade filosófica privilegia um certo “voltar atrás”, um refletir porque a própria possibilidade e a natureza do imediatamente dado se tornam alvo de interrogação. Observadas assim as diferenças de intenção nas várias abordagens filosóficas, o conceito de reflexão, em geral abarca duas dimensões distintas que frequentemente se confundem, as quais são citadas na OCNEMs:

Primeira: a reconstrução racional, quando o exame analítico se volta para as condições de possibilidade de competências cognitivas, lingüísticas e de ação. É nesse sentido que podem ser entendidas as lógicas, as teorias do conhecimento, as epistemologias e todas as elaborações filosóficas que se esforçam para explicar teoricamente um saber pré-teórico que adquirimos à medida que nos exercitamos num dado sistema de regras. Segunda: a crítica, quando a reflexão se volta para os modelos de percepção e de ação compulsivamente restritos pelos quais, em nossos processo de formação individual ou coletiva, nos iludimos a nós mesmos, de sorte que, por um esforço de análise, a reflexão consegue flagrá-los em sua parcialidade, vale dizer, em seu caráter propriamente ilusória. É nesse sentido que podemos compreender as tradições de pesquisa do tipo da crítica da ideologia, das genealogias, da psicanálise, da crítica social e todas as elaborações teóricas motivadas pelo desejo de alterar os elementos determinantes de uma “falsa” consciência e de extrair disso conseqüências práticas. (SECRETARIA, 2006, p.24)

Em suma, a resposta de cada professor de filosofia do ensino médio a pergunta “que é filosofia?” sempre dependerá da opção por um modo determinado de filosofar que considere justificado. Aliás, é relevante que ele tenha feito uma escolha categorial e axiológica a partir da qual lê o mundo, pensa e ensina.

De toda forma, conservando uma ampla margem para produtivas redefinições filosóficas, o termo torna-se mais um desafio para uma disciplina formadora e menos um conjunto de informações doutrinárias que decoraríamos como um hino patriótico.

De acordo com as OCNEMs, independentemente de qualquer avaliação acerca da concepção que se apresenta na legislação, cabe ressaltar, em primeiro lugar, que seria criticável tentar justificar a filosofia apenas por sua contribuição como um instrumental para a cidadania. Mesmo que pudesse fazer, ela nunca deveria ser limitada a isso. Seu papel é muito mais importante no processo de formação geral dos jovens. Em segundo lugar, em função da própria legislação, deve-se notar que a formação para a cidadania, além da preparação básica para o trabalho, é a finalidade síntese da educação básica como um todo (LDB, art. 32) e do ensino médio em especial (LDB, art. 36). Não se trata, portanto, de um papel

particular da disciplina filosofia. Nesse conjunto, oferecer um tipo de formação que tenha por pressuposto abarcar todas as necessidades dos jovens, tampouco caberia a ela de forma isolada. Não se trata de a filosofia vir a ocupar um espaço crítico que se teria perdido sem ela, permitindo-se mesmo um questionamento acerca de sua competência em conferir tal capacidade ao aluno. Do mesmo modo, não se pode esperar da filosofia o cumprimento de papéis anteriormente desempenhados por disciplinas como educação moral e cívica, assim como não é papel da filosofia suprir eventual carência de um “lado humanístico” na formação dos estudantes.

Cabe, então, especificamente à filosofia a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica, a partir da compreensão de que tomar posições diante de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir opiniões acerca deles é um pressuposto indispensável para o exercício da cidadania.

A filosofia, com as demais disciplinas do ensino médio, além de ter que cumprir o papel proposto para essa fase de formação, tem por finalidade oferecer um tipo de formação que não é uma mera oferta de conhecimentos a serem assimilados pelo estudante, mas o aprendizado de uma relação com o conhecimento que lhe permita adaptar-se “com aperfeiçoamento posteriores” (art. 36, inciso II) o que significa, mais que dominar um conteúdo, saber ter acesso aos diversos conhecimentos de forma significativa.

A filosofia provoca nos alunos a necessidade de um posicionar-se diante dos conhecimentos que lhes são apresentados, estabelecendo uma ativa relação e não somente apreendendo conteúdos, cumpre um papel formador, uma vez que articula noções de modo bem mais duradouro que outros saberes, mais suscetíveis de serem afetados pela volatilidade das informações. Os conhecimentos de filosofia devem ser para eles vivos e adquiridos como apoio para a vida, pois do contrário dificilmente teriam sentido para um jovem nessa fase de formação.

De acordo com as OCNEMs, outro objetivo geral do ensino médio constante na legislação e de interesse para os objetivos dessa disciplina é a proposição de “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Lei nº 9394/96, art. 36, inciso III). Esse aprimoramento como pessoa humana indica a intenção de uma formação que não corresponda apenas à necessidade técnica voltada a atender interesses imediatos, trata-se de um tipo de formação que inclua a



constituição do sujeito como produto de um processo, e esse processo como um instrumento para o aprimoramento do jovem aluno.

O objetivo da disciplina filosofias não é apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual. Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder, lançando mão de conhecimentos adquiridos, às questões das mais variadas situações. Essa capacidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informação adquirida, mas, ao mesmo tempo, apoiar-se em conhecimentos prévios.(SECRETARIA, 2006, p.29)

Portanto, inicialmente, o trabalho docente baliza-se nessas perspectivas, ou seja, tanto na lei de diretrizes e bases (lei nº 9.394 de 20/12/1996) como nas orientações curriculares para o ensino médio- OCNEMs, onde a partir destes, podemos encontrar a questão central da filosofia posta no campo da educação, ou mais precisamente no ensino médio nos trazendo o problema: por quê ensinar filosofia? ou mais especificamente, para quê serve a filosofia?

### 3 REFLEXÃO FILOSÓFICA

É necessário, portanto, um trabalho mais detalhado acerca da questão central que é *para quê serve a filosofia?*, para tanto, é de suma importância citar o trabalho de Roberto Goto, que nos mostra a importância do trabalho docente frente aos desafios que deverão ser enfrentados, no que diz respeito ao ensino de filosofia, de forma coerente com a realidade apresentada. Para melhor embasar nosso trabalho, se fez necessário também citar as contribuições de Lidia Maria Rodrigo, que em seu cuidadoso trabalho nos apresenta uma alternativa para o ensino de filosofia no nível médio, e nos situa no tempo ao apontar o momento de abertura da educação para uma parcela maior da população, além de tratar da necessidade de uma mediação pedagógica condizente com tal realidade, por fim, retoma a questão, tratando da importância do contato direto do aluno com os textos filosóficos.

#### 3.1 PARA QUÊ SERVE A FILOSOFIA?

Quando lecionamos filosofia no ensino médio surgem duas questões, de modo praticamente automático, entre todos os alunos: “O quê é filosofia?” e a segunda pergunta é: “Para quê serve a Filosofia?” Estas duas grandes interrogações postas pelos alunos demandam respostas rápidas não apenas sobre definições concretas que possam preencher esse “vazio”: 'sobre o que é a filosofia', também sobre a finalidade da filosofia, e principalmente sobre sua serventia e utilidade para a vida. Os alunos querem saber antes de tudo, “porque temos que estudar a disciplina de filosofia?”

De acordo com Roberto Goto em “Que bagulho é isto filosofia?” pode-se afirmar que “a urgência, a impaciência, a insistência e a ansiedade com que eles fazem a pergunta tendem a se intensificar na medida mesma em que não recebem uma resposta imediata que possa ser prontamente assimilada” (Goto,p.54). Esse comportamento ou atitude dos alunos frente ao ensino de filosofia faz com que o professor seja forçado a conceituar e justificar toda a filosofia e seu ensino em poucas palavras. Palavras estas em que os alunos querem compreender automaticamente, sem qualquer esforço de inteligência ou de reflexão.

Portanto, de acordo com Roberto Goto, não é possível abreviar o caminho. A compreensão ao que seja a filosofia, de sua finalidade, de sua serventia e sua utilidade, bem como de seu ensino e de seu estudo como disciplina escolar, demanda uma boa dose de paciência, de perseverança, de reflexão e de humanidade.

O professor se vê entrincheirado e obrigado até a pedir desculpas diante dos adolescentes por ter que tentar ensinar-lhes uma disciplina que exige deles uma atividade tão cansativa e que, como vários costumam lamentar, lhes dá dor de cabeça – a atividade de pensar.

Um dos principais argumentos apresentados pelo professor é o de que o aluno não pode desprezar nenhuma das disciplinas escolares; pelo contrário, se quer satisfazer as exigências de versatilidade e flexibilidade postas pelo mercado de trabalho, o aluno deve dedicar-se a aprender todos os conteúdos – inclusive os de filosofia – habilidades e competências que a escola põe a sua disposição. Neste caso, a filosofia se justificaria como uma disciplina que, em princípio, ensina a pensar, a raciocinar, e não apenas isso, mas também acrescentaríamos sua contribuição para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o seu preparo para o exercício da cidadania.

Outro ponto demasiado importante é quando falamos de forma habitual na filosofia pressupondo uma unidade. Mas essa unidade implica uma multiplicidade: “A filosofia é um conjunto de filosofias, ou um acervo de ideias, um patrimônio de respostas que correspondem a algumas perguntas fundamentais” (GOTO, 2009 p. 56). Não longe disto e, ao mesmo tempo, a filosofia é um fazer – que é o filosofar – esse fazer também é plural, quando consideramos que existem vários modos de filosofar. Não distante de definir a filosofia segundo sua própria natureza e os fins aos quais pretendem suas práticas, tem-se também como argumento a favor do ensino de filosofia a sua importância na história da humanidade. A datação das origens da filosofia que podemos complementar indicando que o primeiro pensador a ser considerado filósofo teria sido Tales, cerca de meio século anterior a Pitágoras, o que nos dá margem a apresentar dados e questões sobre a importância da filosofia que sobrevive a mais de dois milênios.

A reprodução de tais obras não podia ser feita senão por meio de cópias manuscritas, perguntaremos se os copistas, os leitores, os mestres e outras pessoas teriam se dado a tanto trabalho para preservar e transmitir essas obras se não as considerassem importantes e necessárias em alguma medida (Goto, 2009, p. 58).

De forma que podemos deduzir que esse valor atribuído por uma parcela da humanidade e da civilização às obras filosóficas pode ser interpretado como um sinal ou indicativo da utilidade ou serventia da filosofia.

Outro caminho na conceituação e importância da filosofia, com a expectativa de aproximá-la dos alunos, passa pela noção de produção de conhecimento, onde, de acordo com Roberto Goto, um filósofo é um pensador, e um pensador pode ser definido como um trabalhador cujas ferramentas e matérias-primas são as ideias. Trabalhar com ideias é algo evidentemente distinto do trabalho braçal ou manual, mas não é menos árduo ou difícil. Os próprios alunos comprovam isso quando se recusam a pensar, dizendo que essa atividade é cansativa. Em resumo, o filósofo pode parecer ocioso, mas a verdade é que ele trabalha; em outras palavras, o trabalho mental pode ser tão exaustivo quanto o braçal ou mais.

Dessa maneira, o autor pretende mostrar a filosofia como um processo de produção e as ideias filosóficas como resultado desse processo, de forma que podemos conceituá-la em confronto com a ciência, que aparece então como uma outra forma de conhecimento. A conceituação, assim, se desdobra em vários aspectos. Um deles é o que diz respeito aos modos como filosofia e ciência tratam o que chamamos realidade. A abordagem filosófica tende à totalidade, à visão de conjunto, ao passo que a científica privilegia e busca a especialização.

Para concluir, Roberto Goto atenta para as duas noções afins da filosofia e do seu ensino que são as noções de reflexão e de consciência crítica.

Pensar filosoficamente é refletir, voltando o pensamento para e sobre nós mesmos, para e sobre o próprio pensamento. E na medida mesma em que é um refletir, um pensar a nossa existência e nosso pensamento, a filosofia não apenas é como também provê a consciência crítica (Goto, 2009 p.67).

No entanto, como sabemos, a consciência e a crítica não são coisas e nem há receitas para elas, portanto, não se trata propriamente de despertá-las e desenvolvê-las – nem há como fazer isso – elas acontecem, surgem e têm seu tempo apenas na medida e no momento em que algo é pensado.

Por fim, de acordo com Goto a reflexão filosófica estabelece esse distanciamento crítico que permite ao jovem aperceber-se de que, mais que a filosofia, estranho é o próprio mundo, estranhos são os humanos, com suas divisões e contradições.

## 3.2 UMA ALTERNATIVA PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO

### 3.2.1 ENSINO DE FILOSOFIA NA ESCOLA DE MASSA

De acordo com Lídia Maria Rodrigo uma preocupação com a didática para o ensino de filosofia no nível médio só ocorreu a partir do final dos anos de 1970, em decorrência de mudanças tanto na sociedade e na cultura como também na educação escolar. Nesse período, assistiu-se no Brasil, a um processo de massificação pelo qual o ensino médio passou a receber uma parcela da sociedade menos privilegiada. O segmento social que chegava à escola secundária era portador de grandes carências, inclusive culturais e educacionais. Portanto, a escola tradicional, concebida para atender uma parcela social e culturalmente mais privilegiada, encontrava-se pedagogicamente inadequada à nova situação.

No Brasil o processo de massificação do ensino ocorreu de forma paralela à reforma da escola de segundo grau promovida pela lei 5.662/71. Tal reforma promovia uma perspectiva profissionalizante, decretando o fim da escola tradicional, humanista e propedêutica, colocada em questão pelos setores modernizantes da economia. Houve, então, um esvaziamento das disciplinas ligadas às ciências humanas e a filosofia passou a ser progressivamente eliminada do novo currículo do ensino secundário. Desse modo, quando a filosofia retorna ao secundário, depara-se com uma situação totalmente distinta da situação anterior, principalmente em relação ao perfil do aluno.

A nova conjuntura sócio-educacional decretou falência das formas tradicionais de trabalho docente, ou seja, mesmo que continuassem sendo postas em prática por alguns professores, elas não funcionavam, logo, tornou-se necessário pensar novas formas de mediação entre a realidade cultural dos alunos e o saber escolar.

Em vários países, como Itália, França e Portugal os docentes de filosofia se organizaram por meio de associações para buscar novas alternativas para o ensino

de filosofia, o que acabou por resultar em uma redefinição dos conteúdos e métodos de ensino.

No Brasil, tal situação não recebeu a mesma atenção, pois as reflexões voltaram-se mais para a crítica dos conteúdos tradicionais e ao material didático, onde a proposta para novos métodos de ensino acabou ficando a cargo de iniciativas individuais e isoladas. Talvez por isso uma proposta didática mais sistematizada tenha ficado em segundo plano.

Coincidindo com a reforma que lhe proporcionou um caráter profissionalizante, a massificação da escola secundária no Brasil resultou em uma queda da qualidade do ensino sem precedentes na história da educação brasileira.

Contudo, a alternativa de ensino de filosofia proposta por Lídia Maria Rodrigo, vai de encontro a tais precedentes, pois, ao invés de adaptar os programas escolares às deficiências do aluno, pretende colocar como objetivo seu aprimoramento intelectual e promover a ampliação de seus horizontes culturais, investindo na possibilidade de uma efetiva democratização do saber, o que implica conceber estratégias capazes de propiciar a todos a oportunidade de acesso a um conhecimento de qualidade e aos instrumentos intelectuais necessários ao uso da inteligência crítica e criadora.

### 3.2.2 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E AUTONOMIA INTELECTUAL

No que diz respeito ao ensino de filosofia, de acordo com Lídia Maria Rodrigo, trata-se de enfrentar tanto uma realidade instruída pela ampliação quantitativa do ensino de nível médio, como também o desafio de trabalhar na perspectiva de uma democratização do saber.

A gestão pedagógica da democratização do acesso à escola secundária demanda a superação da distância entre as exigências teóricas do saber filosófico e a penúria cultural de boa parte dos alunos provenientes de segmentos sociais menos favorecidos.

Para Michel Tozzi, “é incumbência da didática, articular essas diferenças do ponto de partida com o objetivo do acesso de todos [à filosofia] através de mediações mais aprofundadas.” (<[www.iliglardinodeipensigri.com](http://www.iliglardinodeipensigri.com)>)

Pois de acordo com Lídia Maria Rodrigo poderíamos ainda acrescentar que, quanto maior é a distância entre o ponto de partida cultural do aluno e as exigências

inerentes ao saber filosófico, maior é a importância dos procedimentos didáticos, o que significa dizer a importância do trabalho docente. Logo, diante de um estudante que não tem as qualificações necessárias ao saber filosófico, cabe ao professor produzir mediações pedagógicas capazes de minimizar a distância entre realidade cultural do aluno de nível médio e as exigências da reflexão filosófica.

O trabalho do professor não é apenas o de reproduzidor de um discurso filosófico originário, mas também de um intermediário entre um saber especializado que é a filosofia, e os sujeitos que devem ter acesso a ele, mas que ainda não possuem tal capacidade para fazê-lo sozinhos.

Portanto, de acordo com a autora, a didática da filosofia, tem duas finalidades: ser um instrumento facilitador da aprendizagem; e de promover a transição para a construção da capacidade de pensar por conta própria, de forma que o aluno possa construir suas próprias mediações com o pensador e com o texto filosófico. Portanto, essas duas dimensões são necessariamente inseparáveis em um projeto educativo voltado para a autonomia intelectual, o que significa dizer que o primeiro aspecto da didática, isto é, seu caráter de instrumento facilitador da aprendizagem, deve ser exercitado na perspectiva de sua própria superação.

De acordo com essa linha de pensamento está também o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, de 1996: “c) o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Entendemos assim que, no ensino de filosofia, não basta levar em conta apenas a sistematização na apresentação dos conteúdos, é preciso considerar também as significações subjetivas, que devem ser diferenciadas do significado lógico e objetivo da disciplina.

Lídia Maria Rodrigo diz que para introduzir o aluno em uma postura filosófica, é preciso partir de sua realidade, de seus modos de vivência e apreensão do real, de sua linguagem e de seus conceitos pré-filosóficos ou não filosóficos, de seu mundo cotidiano, consciente, contudo, a instauração de uma postura filosófica exige a ruptura com a cotidianidade.

Entende-se então que, definido o tema a ser abordado, é recomendável que se promova com relação a ele uma primeira aproximação por intermédio de experiências familiares que sejam do interesse do aluno: música, poesia, textos de jornal, trechos literários, filmes etc. Pois essa forma de

aproximação, ainda não-filosófica, servirá apenas para situar o tema por meio de recursos e linguagem subjetivamente significativos por fazerem parte de suas vivências é para levantar uma série de indagações sobre o assunto. A necessidade de um aprofundamento na análise do tema deverá demandar o recurso ao texto filosófico que será solicitado por uma necessidade reflexiva vivenciada pelo estudante. (RODRIGO, 2009, p.47)

Desse modo, torna-se evidente a ligação que tem a filosofia com o cotidiano do indivíduo, explicando-se por meio da necessidade de aproximar suas experiências do texto filosófico propriamente dito, fazendo com que não se mostrem realidades tão distantes a ponto de parecerem distintas, mas de, embora em contextos diversos, esse indivíduo pôr em prática sua subjetividade ao correlacioná-los e a partir de então entender outras realidades e de buscar outras experiências.

### 3.2.3 A LEITURA DE TEXTOS FILOSÓFICOS NO ENSINO MÉDIO

Vê-se, portanto, que vem sendo superada a ideia de restringir o ensino de filosofia no nível médio aos textos de manuais, ao passo que ganha força a ideia de proporcionar um contato direto do aluno com o pensamento dos filósofos. Pois esse contato direto propicia, mais do que uma simples leitura de um texto, um efetivo exercício de reflexão mediante o contato direto com o pensamento de um autor, conhecendo-se seus interesses, indagações e os argumentos que fundamentam suas teses.

Sabemos que o texto filosófico apresenta maior dificuldade para ser trabalhado no ensino médio, como também sabemos das deficiências culturais das camadas menos privilegiadas que garantiram o acesso à escola de nível médio, e o que se pode notar é que por muitas vezes o aluno nem mesmo sabe ler, ou, pelo menos, não compreende aquilo que lê.

Lídia Maria Rodrigo propõe, exatamente, ensinar ao aluno a ler através do estudo do texto filosófico. Para tanto, deve-se tornar os textos filosóficos acessíveis ao adolescente, no diz respeito ao cuidado na seleção de trechos a serem trabalhados, que devem ser curtos, viáveis do ponto de vista didático.

A autora atenta para o fato de que a metodologia de leitura do texto deve privilegiar o procedimento analítico, mesmo que na prática faça-se uso do resumo de textos, o que não parece um bom caminho. A análise deve anteceder a síntese, pois



é através da análise que se alcança uma compreensão e uma assimilação do texto proposto.

De acordo com Lídia Maria Rodrigo a leitura analítica se processa através de dois momentos: esclarecimento semântico e conceptual, que busca a significação dos termos e conceitos desconhecidos; e por meio de uma estruturação lógica do texto, que promove a visualização do raciocínio do texto em sua globalidade, ou seja, o encadeamento dos conceitos e ideias. Mas segundo a autora ainda haveria uma terceira etapa na leitura do texto filosófico, que seria a análise interpretativa, que apresenta o maior grau de dificuldade, especialmente no nível médio, e que, dependendo do embasamento dos alunos, ofereça um campo maior de entendimento acerca do texto.

Pode-se situar o texto lido no conjunto da obra do autor, identificar sua postura teórica, promover uma aproximação entre as ideias expostas e as do intérprete ou com outras ideias semelhantes, tanto no interior da obra do mesmo autor como em outros autores que tenham tratado do mesmo tema (RODRIGO, 2009, p.50).

Para concluir, Lídia Maria Rodrigo diz que suas ideias têm a intenção de apontar uma alternativa para poder enfrentar os desafios no ensino da filosofia numa escola de massa, com a preocupação de evitar dois extremos indesejáveis, que são de formar filósofos e o de promover a banalização da filosofia, não se trata de adotar um otimismo pedagógico que promete resolver as desigualdades sócio-econômicas, mas de uma simples contribuição nos limites de sua competência, acreditando que a filosofia pode contribuir na implementação de um projeto que vive a democratização do acesso ao saber.

Portanto, é fácil notar a sintonia entre os autores Roberto Goto e Lidia Maria Rodrigo, no que diz respeito ao ensino de filosofia no ensino médio como também às OCNEMs e à lei de diretrizes e bases, o que acaba por proporcionar um terreno firme e fértil para um ensino de filosofia transformador da sociedade.

## 4 RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS

O presente capítulo constitui um trabalho de natureza descritiva, experimental e analítica, partindo do resultado da disciplina de estágio supervisionado II, que teve como docente a professora Rosemary Marinho, que com muito esforço e dedicação tentou trabalhar da melhor maneira possível para que todos os alunos tivessem um bom desempenho, visto a grande importância e responsabilidade que há na formação de professores, especificamente no ensino de filosofia.

### 4.1 VIVÊNCIA DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO DR. ELPÍDIO DE ALMEIDA COM ATENÇÃO À QUESTÃO DO “PARA QUÊ SERVE A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO?”

Os conteúdos trabalhados no estágio partiram de uma sequência didática proposta pelo professor Ayice Chaves Silva (professor titular da turma do 1º ano) que foi o responsável por avaliar nosso trabalho (avaliação anexa) e que, em muito nos ajudou com muito respeito e disponibilidade, mesmo enfrentando grandes dificuldades, das quais recebendo os seus alunos depois de cerca de dois meses de greve, período dentre as qual foi nomeado, pois não havia professor de filosofia na escola, ou seja, um problema de ordem administrativa que acabou por prejudicar tanto o processo de aprendizagem dos alunos, como o trabalho do professor.

As aulas (anexas) com duração de 30 min. foram ministradas na turma de 1º ano do ensino médio, no período noturno, na E.E.E.M. Dr. Elpídio de Almeida, PRATA. Era uma turma composta por 38 alunos matriculados, onde apenas 8 alunos frequentavam as aulas, realidade observada em todas as turmas, segundo a direção da escola.

No que diz respeito à observação do desempenho dos alunos na disciplina de filosofia, dado o tempo escasso, e pelo inconveniente provocado pelos alunos que chegavam atrasados na aula, pudemos notar que apesar de o conteúdo filosófico propriamente dito parecer ser algo estranho para os alunos, mesmo assim, ainda era possível notar interesse por parte dos alunos quando provocados a dialogar sobre o tema proposto relacionando-o à acontecimentos do dia-a-dia, ou seja, tentando mostrar-lhes que um pensamento filosófico não é tão distante de suas realidades como indivíduos. Mesmo com todos os entraves enfrentados tanto pelo professor,

quanto pelos alunos, ficou claro que o ensino de filosofia tem muito a contribuir com a educação, pois os próprios alunos demonstravam sentir a necessidade de um embasamento crítico acerca da organização social vigente, como também deles próprios como participantes ativos dessa sociedade.

Não fugindo dos problemas enfrentados pelo corpo de alunos da escola-campo, ficou evidente a falta de um trabalho mais efetivo por parte das universidades que são responsáveis por cursos de graduação, visto que é a partir dessas instituições que se desenvolve o trabalho de “produção de saberes”. Nada mais conveniente que estas instituições participem de forma mais direta, nessa fase do processo de desenvolvimento da educação - digamos nessa fase de formação englobando desde o ensino fundamental até o ensino médio - pois podemos ver, por exemplo, os cursos de direito trabalhando diretamente com o judiciário, como também, os cursos de ciências médicas trabalhando diretamente nos hospitais, ou seja, nada mais coerente que cursos de graduação trabalhando, construindo, experimentando, junto ao ambiente que lhe é próprio por natureza que é a escola.

Ainda, nesse universo de problemas encontrados no espaço escolar, podemos notar certo descaso por parte das autoridades políticas quando o assunto é educação. Os problemas vão desde a não valorização do trabalho docente, quer por salários insuficientes, quer por uma carga horária que não permite ao professor ter um descanso, até a falta de uma política que proporcione uma formação continuada, visto que o trabalho do professor é primordial para que a sociedade se desenvolva, sociedade está que vive em constante transformação, logo concluímos que o professor tem de acompanhar esse desenvolvimento e suas transformações isso se dando por meio de uma constante formação.

Contudo, diante de tantos problemas que, dentre os quais, sobre poucos temos controle, resta-nos fazer nossa parte e da melhor maneira possível, pois o papel de um professor vai muito além da disciplina que leciona, ultrapassa as salas de aula e os muros da escola. O trabalho do professor é responsável pela constituição do homem enquanto ser social, e nesse ser social se encontra a responsabilidade da constituição de toda uma sociedade e de sua organização, não se tratando de o professor ser um “messias”, ou um salvador, mas também de não ser um mero reproduzidor do “saber”, ou um simples contador de histórias, o professor é e deve agir como agente formador ou transformador da sociedade, pois esse é o seu trabalho.

## CONCLUSÃO

Pudemos notar ao longo do ano trabalhado, que teve como resultado o presente relatório, que o ensino de filosofia no ensino médio depende de outros processos sociais, quer sejam de ordem econômica ou administrativa, mas que, na verdade, interferem de forma decisiva na organização social. O fato é que o reflexo de todo esse processo é mais visível na área da educação brasileira. No ensino médio o problema se torna ainda mais evidente, pois traz consigo todas as dificuldades não superadas ao longo da formação infantil e fundamental, sem falar nas “pré-ocupações” advindas dos estudos preparatórios para o ingresso nas universidades. Ou seja, podemos dizer que no ensino médio se mostram mais evidentes as dificuldades de todo o processo de formação do aluno, valendo lembrar aqui que nosso foco volta-se ao ensino médio da educação pública.

Tal problemática não deixaria de afetar o ensino de filosofia, tendo em vista que temos um histórico educacional voltado em um primeiro momento à elite da sociedade e, logo depois, a uma educação que tem como meta a formação de mão-de-obra, que é hoje ainda mais determinante, sobretudo no ensino superior, onde este deve oferecer uma formação tecnicista de qualidade, que tem por finalidade incluir o cidadão em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Assim, todos os professores, inclusive os de filosofia, têm que atender uma exigência social de formar cidadãos que cada vez têm que produzir se adequando às demandas do mercado de trabalho. Talvez, então, parta dessa problemática o fato de o ensino de filosofia sofrer tanta resistência. Para quê serve então a filosofia se já produzimos o quê consumimos?

A finalidade do ensino de filosofia é de fazer com que o indivíduo se note capaz de entender o meio no qual vive, de entender a si próprio como sujeito capaz de tomar decisões que dizem respeito as suas dúvidas como sujeito pensante, que não apenas produz, mas que busca o porquê de estar produzindo, enfim, a filosofia como disciplina faz com que o homem se aproxime de sua realidade, através do desprendimento de tudo que lhe entorpece, pois estudar filosofia é estudar o próprio homem. Segundo Sílvio Gallo:

A experiência é aquela coisa que, ao acontecer a alguém, transforma essa pessoa, que já não é mais a mesma. É algo que atravessa seu pensamento, suas ideias e faz com que já não possa mais ser o mesmo. Algo se passa,

toca e é apreendido de forma transformadora. A experiência filosófica é a experiência de fazer filosofia. (GALLO,2009,p.17)

Nessa perspectiva, quadro em que se encontra o processo de reimplantação do ensino de filosofia e sua relação com a devida formação que deve ter o professor dessa disciplina, talvez seja mais coerente e sensato afirmar que existem mais perguntas que respostas, logo, os desafios e entraves que o ensino vem sofrendo só não são maiores que a sua importância para o processo de formação do indivíduo e de sua relação com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em: 25 Jun 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, 2006. 133p. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio).

RODRIGO, Lídia Maria; GOTO, Roberto & SILVEIRA, René José Trentin. **Filosofia no Ensino Médio – Temas, Problemas e Propostas**. Loyola: 2007.

ALVES, Dalton José. **A Filosofia no ensino médio – ambiguidades e contradições na LDB**. Editora autores associados, Fapesp, 2002.

BUZZI, Arcângelo R. . **Filosofia para principiantes – A existência humana no mundo**, Editora Vozes, 2001.

ASPIS, Renata Lima & GALLO, Sílvio. **Ensinar Filosofia – um livro para professores**, Atta, 2009.